

Artigo Selecionado

A Amazônia e as Novas Ameaças Mundiais¹

Francisco Carlos Teixeira da Silva

*O governo brasileiro decidiu, no início dos anos noventa, subvencionar o desmatamento das florestas amazônicas, ameaçando sua integridade. A Amazônia certamente pertence ao Brasil. Mas, se as potências ocidentais fizeram uma exceção ao sacrossanto princípio da soberania dos estados para fazer a guerra na Iugoslávia e ajudar os kosso-vares (quando o Kosovo pertencia a Iugoslávia), por que razão nao se faria o mesmo contra o Brasil para se apropriar da Amazônia? O pretexto nao seria mais a proteção de uma população, mas agora de toda a espécie humana. A Amazônia sendo o pulmão da terra, se o Brasil não a protege corretamente, isto torna-se um dever de outros estados: proteger a Amazônia?*²

1 PALAVRAS INICIAIS

Durante cinco séculos a história da Amazônia deu-se sob o signo da defesa, da ocupação e da preocupação obsedante com as fronteiras. “Ocupar” a Amazônia, estabelecer suas fronteiras e se apossar das terras através do estabelecimento de núcleos de povoamento foram os eixos centrais de políticas constantes da Coroa Portuguesa e, depois de 1640, de seu Conselho Ultramarino, chegando a tornar-se um processo sistemático e de sucesso sob o Marques de Pombal. Assim, os principais núcleos demográficos da região, antes ou depois de 1640, foram fundados de forma estratégica sob o signo da defesa regional.

Mesmo após uma clara integração da Amazônia e de seu pleno reconhecimento mundial como terra brasileira, a região permanece como um território exótico para a maioria dos brasileiros, carregada de imagens generosas e temíveis, e com um descompasso notável com o conjunto do país:

A Amazônia... se ela representa 60% da superfície do Brasil, seu PIB não passa de 5% do PIB nacional, reúne apenas 10% da população urbana e 12% da população total do país, e um pouco mais – 14% - dos migrantes recentes, das estradas, do numero de municípios. O único indicador, pouco invejável, para qual a Amazônia supera sua quota de território é o número de mortos em conflitos fundiários...³

No seu contexto geral a Amazônia apresenta ainda outras grandes disparidades em face das demais regiões: assistiu um amplo crescimento demográfico entre 1970 e 2000, da ordem 172%, mantendo-se contudo como a região menos povoada, com 12% da população nacional (contra 8% em 1970). Conseqüentemente as densidades demográficas são as mais baixas do país, com 4.18 hab/km², chegando no Estado do Amazonas a apenas 1.83 hab/km² (contra uma densidade nacional de cerca de 20 hab/km²). Da mesma forma, dados mais qualitativos apresentam o mesmo recorte da desigual-

1. Para montar esta comunicação contei com a participação dos pesquisadores Rafael Araújo e Daniel Chaves, do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ e do cientista político João Carlos Nogueira.

2. BONIFACE, Pascal. *Les Guerres de Demain*. Paris, Seuil, 2001, pp. 107/8.

3. Ver THÉRY, Hervé. *Amazônia. Cenas e Cenários*. Brasília, UnB, 2004.

dade: segundo o CNPq a região conta com apenas 2.7% dos pesquisadores-doutores do país (contra 34.7% de São Paulo, por exemplo), sendo que mesmos estes possuem em mais de 50% origem fora da região, talvez a mais importante defasagem atual da região.

Tais disparidades impactam claramente a formulação, a tomada de decisão e a elaboração de políticas públicas para a região, acentuando a importação de projetos e de “soluções” marcadas profundamente pelo tratamento exógeno da região e pela manutenção do caráter de “conquista” das formulações de políticas públicas para a região amazônica. A necessidade de investimentos fundamentais em C&T na Amazônia talvez seja, hoje, tão ou mais importante do que abrir estradas, visando principalmente criar massa crítica capaz de propor soluções adequadas a uma realidade por tempo demais tratada como terra de conquista⁴. Para grande parte de suas elites esta disparidade resulta num forte sentimento de desprestígio, expresso na importação de técnicos para os grandes projetos desenvolvidos na região. É neste sentido que Berta Becker insiste, com toda razão, que não se trata de “ocupar” a Amazônia e sim de pensar políticas públicas capazes de desenvolver sustentadamente a região.

Procuraremos aqui fazer uma abordagem das possíveis políticas de defesa para região no âmbito dos interesses do Estado-Nação brasileiro em face as chamadas “Novas Ameaças”. Neste sentido nossa abordagem, a partir da geopolítica, será necessariamente parcial e provisória.

2 A MATRIZ SECURITIZAÇÃO DA AMAZÔNIA:

Esta talvez seja a matriz mais antiga, e mais repetitiva, das preocupações sobre

a região. Originária do período colonial, tem suas raízes na preocupação real ou imaginária com a integração nacional do território em face de riscos de internacionalização. No passado, o risco foi bastante real, com a fundação de estabelecimentos franceses e holandeses na foz do Amazonas, e com os descimentos dos espanhóis da Audiência de Quito e Lima. Coube ao Marques de Pombal, no século XVIII, garantir a integridade do território, seu povoamento e uma profunda alteração demográfica da região, com a introdução de um forte componente europeu – açoriano, principalmente – na ocupação de cidades-fortes, que deveriam guarnecer a região, como Óbidos, Santarém e vários núcleos na Ilha de Marajó.

No século XIX e XX, os riscos de internacionalização foram relativamente baixos, sem grandes aventuras ou intromissões estrangeiras, se excetuarmos os planos – recentemente divulgados pelos arquivos americanos – de uma invasão americana contra Belém durante a II Guerra Mundial (e apenas em caso do Brasil apoiar o Terceiro Reich). As demandas da França e da Inglaterra, na área das Guianas, foram resolvidas por arbitramento e a Questão do Acre acabou, em verdade, por engrandecer a região. A figura de Rio Branco, com uma fixação cartográfica notável, foi decisiva no estabelecimento das fronteiras atuais.

Na segunda metade do século XX as preocupações com a região voltaram a um patamar elevado – mesmo descontando uma certa paranóia nacionalista –, as diversas pretensões internacionais sobre os recursos naturais da região passaram a causar preocupação⁵. A partir dos anos '70, e, muito especialmente, após a abertura da Transamazônica e do surto dos grandes projetos, entre 1960 e 1970, a região

4. COSTA, Francisco Assis. *Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia*. Belém, Cejup, 1998.

5. Em situações diferentes, ao longo dos anos '80 e '90 do século passado várias autoridades internacionais, com responsabilidade de mando em países desenvolvidos, cometeram impropriedades contra a soberania brasileira na Amazônia. Assim, o Conselho Mundial das Igrejas, em 1981, afirmou em documento público que a soberania brasileira na região é “meramente circunstancial”; M. Thatcher, em 1983, em discurso no G-7

passou a ser alvo de inúmeras avaliações por parte de instituições internacionais, muito especialmente ONGs. Muitas vezes as alegações eram baseadas em teses, ou evidências, bastante frágeis, como o mito da Amazônia enquanto “pulmão do mundo”. Outras preocupações recaíam sobre a defesa da biodiversidade, da floresta do trópico-úmido e das populações indígenas, normalmente acusando instituições nacionais permanentes – como as forças armadas – de ação insensível a tais temas, como é uma constante nas reportagens do *New York Times* ou do *International Herald Tribune*. O texto recentíssimo de Pascal Boniface – citado em epígrafe no início deste artigo -, um importante assessor da ONU, demonstra um acirramento das visões sobre a Amazônia e o seu desenvolvimento, provocando um incômodo cruzamento entre a vertente sucritizante e a vertente conservacionista que explicam e propõem formas de ocupação regional. Poderíamos destacar algumas das percepções securitistas sobre a região da seguinte forma:

(a) *Frenteira Colômbia/Venezuela*: Do ponto de vista exclusivamente militar a grande novidade regional é – depois que a tão propalada expansão e ampliação do conflito político-militar na Colômbia não aconteceu, embora continue citada de forma recorrente – o chamado “armamentismo venezuelano” ou as “compras de Chávez”. Tais “riscos” deveriam ter em conta, no caso da guerrilha das FARC, que

não possuímos nenhum grande eixo de acesso rodoviário direto com a Colômbia, sendo o contato bem mais fluvial – Tabatinga/Letícia – ao contrário, por exemplo, dos projetos em curso voltados para Bolívia, Peru e Venezuela, onde os nós rodofluviais começam a se adensar com grande êxito. Entre nós e a guerrilha colombiana medeia uma larga zona baixamente povoada, que pode ser entendida de duas formas: ora como *espaço de esponjamento da guerrilha*, ora como *espaço de ação das forças nacionais*, sem risco de contato direto e/ou constante com zonas urbanas significativas. O principal eixo de contato – através do rio – pode ser bem patrulhado e controlado, havendo vontade e meios para isso – na verdade, isso já vem sendo feito na área de Tabatinga, que passa por um largo surto de crescimento. Ambas os diagnósticos, no caso, são verdadeiros. Talvez mais preocupante seja a possibilidade da internacionalização do conflito, com a chegada de tropas estrangeiras e o estabelecimento de bases militares na região fronteiriça. Este, contudo, é um cenário hoje remoto. No caso da Venezuela não só não entendemos a existência concreta de riscos, como ainda consideramos as “compras” de Chávez oportunas e bem-vindas. A maior parte do reaparelhamento das FFAA venezuelanas se faz no âmbito da estratégia de resistência assimétrica – conforme a

sugeriu a troca da dívida por territórios amazônicos; Al Gore, em 1989, vice-presidente de Clinton e candidato a presidente dos EUA, afirmou “...ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”; François Mitterrand referiu-se a Amazônia, em 1989, como um território de soberania relativa; M. Gorbachev, animador de uma ONG sobre a Governança Mundial, sugeriu, em 1992, por sua vez, que o Brasil delegasse a soberania da Amazônia a instituições científicas internacionais; no mesmo ano, John Major, ex-premier britânico chegou a afirmar que seria possível pensar em operações militares para garantir a preservação da região, enquanto Henry Kissinger avançou em direção a montagem de um sistema de pressões e constrangimentos, através de instrumentos estatais exteriores, de ONGs, de empresas e bancos, visando a fragilidade econômica do país, para conseguir objetivos relativos a Amazônia. Devemos ter claro, aqui, que as seguidas referências sobre uma “geopolítica da ditadura militar”, como aparecem em várias obras de ambientalistas visando desqualificar as forças armadas como ator regional, são produto do desconhecimento histórico. A matriz de segurança e defesa precede o regime militar, e em muitos séculos, além de manter-se com extrema atualidade, como vimos. Da mesma forma, países com grandes espaços pouco povoados, como a Federação Russa e a China Popular, elegeram, pós 11 de setembro de 2001, as ameaças transfronteiriças, o narcotráfico e o contrabando, como parte central das chamadas “novas ameaças”. Mais recentemente, as declarações de Pascal Lamy, da OMC, e de Peter Mandelson, da U.E., além da constante ação de observação norte-americana só reforçam a tese da intervenção estrangeira.

matriz chinesa⁶ e concentra-se na área *off-shore* venezuelana. Assim, as compras de corvetas, fragatas, submarinos e aviões de combate baseados no litoral não podem ser, em termos militares, de forma alguma entendidas como ofensivas do ponto de vista brasileiro⁷. Por outro lado, um governo nacionalista em Caracas, com interesses de adensar a fronteira amazônica e limitar a presença estrangeira na região, é uma garantia para o Brasil, com baixos investimentos na mesma área e um notável vazio demográfico; e

- (b) *Fronteira Andina*: A maior parte da vertente andina, compreendida enquanto faixa de fronteira, não apresenta nenhum risco militar notável do ponto de vista Estado-Estado, ou que possa efetivamente gerar preocupações iminentes de segurança militar. Os governos da Bolívia e Peru são regimes amigos, com relações cada vez mais estreitas com o Mercosul e com quem o Brasil gostaria de desenvolver projetos conjuntos de integração na área de infra-estrutura (rodovias, pontes, canais, etc...), alguns já em porta-fólio do BNDES, além de aberturas de vias de mão dupla entre o Pacífico e o Atlântico, atendendo aos interesses de todos os países envolvidos. A presença de grandes empresas brasileiras, como a Petrobrás, Odebrecht, Camargo Correa, Ambev etc, é crescentre na região. Da mesma forma, nenhum desses países encontra-se, no momento, em enfrentamento com qualquer tipo de guerrilha local, capaz ou de subverter os regimes estabelecidos, ou de utilizar o território nacional como santuário, refúgio ou trilha de acesso.

Assim, as ameaças – aqui apenas esboçadas para Amazônia – deveriam ter outro caráter do que a invasão ou a guerrilha clássica, como consta nos manuais militares. Talvez o dossier das chamadas novas ameaças mundiais — tais como o narcotráfico, contrabando de armas, a bio-pirataria, o terrorismo internacional — sejam elementos bem mais pertinentes para o questionamento em torno das chamadas Faixas de Fronteira.

Devemos aqui abrir um parágrafo especial para a situação da Bolívia, onde o movimento autonomista denominado *Nación Camba* representa, ao nosso ver, o maior risco real e concreto para a segurança hemisférica no momento. Alguns cenários foram desenhados ao longo de conversas com os interlocutores cruzeños por nós entrevistados nos últimos meses. Na maior parte dos casos, a elite camba aponta para o que considera “risco” e, ao mesmo tempo, motivação para acelerar o movimento separatista:

- i. Aumento do poderio venezuelano, incluindo aí presença militar, na fronteira Sta. Cruz/Mato Grosso do Sul (MS), com a ajuda de técnicos cubanos. Isto representaria um fantástico desprestígio para o Brasil uma vez que uma região para ele historicamente direcionada estaria sendo colocada, artificialmente, sob influência de Chávez. Não possuímos, entretanto, dados concretos sobre uma militarização da fronteira Santa Cruz/MS;
- ii. A elite local, em reação ao aumento da pretensa presença de Chávez na região, voltar-se-ia para o Chile, que já possui na região a sua maior comunidade de expatriados no continente. Um livro de grande vendagem na região - baseado na geopolítica de Pinochet - fala da pretensão do Chile em apadrinhar uma “Nação Camba”

6. Ver Conceito de Assimetria: *Guerre hors limites*, Qiao Liang/Wang Xiangsui, Beijing, 1999.

7. Teixeira da Silva, francisco C. *A Estratégia da Resistência na Venezuela*. Carta Maior, 2006, www.cartamaior.org.com.

autônoma (em relação e em oposição à “Nação Kolla”, do Altiplano), transformando o Chile em país tutor de uma imensa e rica região no coração da América do Sul;

iii. A elite local, com poder financeiro e ótimos contatos no exterior, estaria disposta a estreitar contatos com elementos desmobilizados das AUC colombianas – em reação à presença dos venezuelanos e cubanos – e estaria também disposta a comprar armas israelenses através do Paraguai, ao que não seria estranho o uso da base americana *Mariscal Estigarriba* próxima à fronteira boliviana; e

iv. A elite local tem a percepção, assim, que Sta. Cruz, Chuquisaca e a “*media luna*” (composta, adicionalmente, por Beni, Pando e Tarija) poderiam se encontrar num cenário no qual teriam o apoio do Chile, da Colômbia e do Paraguai (influência, por conseguinte, dos EUA) em um embate contra o Altiplano, por sua vez apoiado pela Venezuela, Cuba, Equador e Argentina, ficando o Brasil e o Peru “rachados” em seu interior, independente do apoio formal dos seus respectivos Governos à La Paz na manutenção da unidade territorial boliviana. O projeto de integração continental, em conseqüência, tornar-se-ia inviável. Somada a este cenário encontrar-se-ia a Alemanha, país interessado em preservar os interesses e a integridade da comunidade menonita estabelecida na região (as estimativas apontam a presença de 52 mil colonos *menonos* na Bolívia, majoritariamente no Departamento de Santa Cruz). Uma reforma agrária radical que atinja esta comunidade disparará mecanismos de intervenção da União Européia, em especial da Alemanha já com forte presença institucional na região.

Claro que tais cenários devem evoluir conforme a gestão, por parte de La Paz, da questão sobre as Autonomias Departamentais. De qualquer forma, deveríamos entender, em profundidade, o caráter de *área-pivot* de Santa Cruz de La Sierra para a integração sul-americana. Não só por seu caráter de *geographical core-zone*, mas, sobretudo, em virtude das riquezas locais (gás, petróleo, gado, soja, cadeias produtivas de bens e serviços majoritariamente em mãos de brasileiros) e do caráter culto e cosmopolita de sua população, além da existência de uma elite local altamente sofisticada e empreendedora muito voltada para o Brasil (formada, em grande medida, nas universidades e centros de excelência brasileiros, tais como a USP, UNICAMP, EMBRAPA etc.).

O caráter de *core-zone* que permite ser hoje Santa Cruz uma *área-pivot* da integração sul-americana foi bem compreendido por Morales ao anunciar – no dia 22 de janeiro de 2007, marco de um ano de seu Governo – um ambicioso plano viário para o país, o qual garantiria claramente a integridade territorial por meio da integração física da Bolívia (a exemplo da *Carretera Transcontinental*, trecho de aproximadamente 600km entre Santa Cruz de La Sierra e Corumbá, atualmente em construção, dividido em 5 *tramos*, cujos trabalhos estão divididos da seguinte forma: 1 – Consórcio Apollo/IASA (de origem boliviana), financiamento da CAF; 2 – Astaldi (de origem italiana), financiamento da União Européia; 3 – ARG; 4 – Camargo Correa; 5 – Construtora Norberto Odebrecht (as três últimas de origem brasileira, com financiamento do BNDES e equalização do BB/Proex). A participação física, financeira e técnica no plano viário anunciado no âmbito da ABC – *Agencia Boliviana de Camiños* (ex- *SNC, Servicio Nacional de Camiños*) — cujo principal exemplo é o projeto de *Carreteras Hacia el Norte* (integração com o Brasil, por meio de Riberalta/Beni

– Guajará-Mirim/Rondônia), e com o Peru, através da *Carretera Interoceánica Sur*, por meio da conexão Cobija/Pando – Iñapari/Madre de Dios, bem como a extensão do Complexo Madeira (UHE binacional de Guayaramerim/Beni e UHE de Cachoela Esperanza/Pando e respectivas hidrovias) ao território boliviano, seria um importante fator de contra-peso às ações de Hugo Chávez no país e aos riscos de clivagem da região.

(c) *A Porosidade das Fronteiras*: Por fim devemos destacar a incrível fragilidade do controle de fronteira local. Os postos fronteiriços são marcados por dois extremos: de um lado um forte burocratismo e formalismo, como em Brasiléia (AC) e, de outro, (há apenas 2 quilômetros dali), um total abandono, como no caso de Epitaciolândia. Da mesma forma, em Assis Brasil ou Corumbá não há qualquer sinal de efetivo controle, em especial no tocante ao narcotráfico e armas. Muitas vezes o controle, como em Corumbá, dá-se em horários formais, tornando-se ausente depois das 22:00 hs. O Exército tem realizado algumas importantes ações de repressão, em especial a partir do Acre, contudo a ausência de condições financeiras e técnicas, de pessoal e de equipamento, torna tais ações esporádicas meros paliativos.

Descartando ameaças originárias no próprio continente e amadurecidas no entorno geopolítico brasileiro, devemos relembrar os vetores clássicos de agressão estrangeira contra a Amazônia. Historicamente as invasões ou risco de invasão da Amazônia deram-se sempre no sentido montante do Rio Amazonas, da foz para os sertões, e nunca inversamente. Nada

no cenário da Região Andina, num espaço dos próximos 25/30 anos, anuncia uma mudança estratégica neste quadro. Qualquer agressão, como aquela cenarizada por Pascal Boniface, se daria no sentido montante, leste/oeste. Assim, a foz do Amazonas, a região mais densamente habitada e habilitada da região, permanece como a porta de entrada de todo o território, e consequentemente, a área de maior risco estratégico. Na verdade, o imenso arco do Oiapoque até a Baía de São Marcos é, hoje, a área de maior vulnerabilidade de todo o país, articulando os riscos entre as chamadas “Amazônia Azul” e a “Amazônia Verde”. Neste sentido, diagnosticado os riscos e o caráter das ameaças – a montante do Grande Rio – o reaparelhamento da Marinha de Guerra – incluindo aí novos submarinos, o submarino nuclear, o desenvolvimento da aviação naval e mesmo da balística, teriam um grande efeito dissuasório, para além da estratégia de presença, baseada no Exército, e aparentemente oficial no Ministério da Defesa⁸.

Neste sentido poderíamos apontar, de forma bastante tosca, duas situações possíveis de crise:

1. **O cenário Boniface** (assim nomeado por razões óbvias): dar-se-ia por volta de 2035, quando as pesquisas em torno da sintetização de moléculas e/ou fármacos oriundos da flora e fauna movimentariam um mercado mundial de bilhões de dólares e, ao mesmo tempo, a crise de abastecimento de água potável se avolumaria, atingindo milhões de pessoas, dependentes de dutos para sua manutenção. Somar-se-ia aqui a descoberta de novos jazimentos de gás e petróleo, além da identificação de grandes províncias minerais. O ponto de eclosão poderia ser acusações de

8. Na verdade existe uma clara ambiguidade e oscilação entre as três formas clássicas de percepção das ameaças e das correspondentes respostas estratégicas envolvendo Presença, Resistência e Dissuasão. Evidentemente a preparação material e humana não é igual nos três casos e também não é intercambiável. Assim, seria mais adequado pensarmos, talvez, num contínuo estratégico entre Presença/Dissuasão/Resistência.

maus-tratos contra nações indígenas. Nestas condições uma coligação internacional, usando como pretexto a defesa do meio-ambiente, utilizaria uma *task force*, combinando força naval, estações orbitais e submarinos para agir a partir da foz do Amazonas, obrigando o governo brasileiro a aceitar um estatuto ad hoc de soberania partilhada; e

2. **O cenário do Arco Indígena:** este ainda mais premente que o anterior, onde a maioria dos regimes estabelecidos nos países andinos – Bolívia, Peru, Equador – estariam em mãos de movimentos indígenas, constituídos de cocaleros - e *note bene*, cocaleros, não narcotraficantes - e campesinos, revertendo a dominação de mais 500 anos das minorias criollas hispânicas. Tais regimes seriam marcados por forte instabilidade, nacionalizações e perda de controle territorial, criando uma zona em arco de instabilidade vinda do sul da Colômbia até o norte do Paraguai. O impacto das vitórias indígenas na Bolívia e Peru provocaria grande inquietação no Paraguai, onde as autoridades perderiam o controle do território, criando uma terra de ninguém entre o centro-oeste brasileiro e o Chaco. Grupos indígenas brasileiros, já com forte recuperação demográfica, começariam a aderir ao indianismo militante e revolucionário.

Três sub-tendências, num claro exercício hipotético, poderiam ser identificadas a partir dos cenários acima:

a. O Brasil teria na sua fronteira um arco de instabilidade, onde nossos interesses (principalmente na área de energia, fundamental para a manutenção do eixo industrial São Paulo/Paraná/Santa Catarina/Rio) estariam ameaçados. Não se trata de hostilidade – podemos manter um perfil cooperante com tais regimes indígenas – mas, de instabilidade, pondo em risco um projeto de

crescimento integrado sul-americano. Teríamos que lidar com uma forte hostilidade anti-americana na região, com possível nacionalização de bens e investimentos estadunidenses e retirada forçada de bases americanas na região, como já ocorre no momento. A descoberta de jazimentos de grandes proporções no Brasil nos autonomiza em face das políticas nacionalistas na região mas – e dependendo da situação no Oriente Médio – atingem diretamente os Estados Unidos;

b. Os Estados Unidos estariam em condições de forçar uma intervenção preemptiva na região andina, possivelmente na Bolívia, visando evitar a indignização do país. Neste sentido pressionaria o Brasil a agir em conjunto na região, utilizando-se de uma disposição intervencionista de caráter também preemptivo do Chile, que tornar-se-ia a principal base de ação dos Estados Unidos no continente sul-americano; e

c. Os Estados Unidos fortaleceriam suas bases ao longo do Arco Indígena da instabilidade, acabando por cercar a Amazônia brasileira de um forte sistema militar, contando com o apoio, ao sul, do Chile e ao norte da Colômbia, ocupada militarmente. No momento vemos a construção de um ponto de apoio ao sul, em *Mariscal Estegarriba*, no Paraguai, e outro ao Norte, no Suriname, completando o envolvimento da Amazônia e conectando-se com o “Escudo Caribeño” de contenção contra Chávez.

3 PALAVRAS FINAIS

Tais pré-cenários, apenas esboçados, são claramente hipotéticos, talvez até mesmo exagerados, mas infelizmente inscritos na realidade sul-americana e potencializados nos últimos acontecimentos na Bolívia e no Equador e, cada vez mais possíveis no Peru e no Equador, em

caso de manutenção da atual política de ação preemptiva enquanto base da Política de Segurança Nacional dos Estados Unidos. A existência, mal dissimulada, de uma vasta rede de operações, vigilância e informação dos Estados Unidos, desde a grande base militar na Guiana – ex-Guiana inglesa –, ampliada agora para o Suriname, até os estabelecimentos no Paraguai, e centrada na Tríplice Fronteira, reforçam as preocupações existentes.

A atuação da inteligência americana no país – mesmo através de agências brasileiras –, bem como a insistência em internacionalizar a Questão da Tríplice Fronteira, demonstrariam o interesse de manter operacional a presença estrangeira em duas regiões estratégicas nacionais, tanto ao norte, quanto ao sul da Amazônia, em uma ação de “envelopament”o logístico.

É neste sentido, que não podemos, como algumas vertentes ambientalistas desejariam, eliminar as forças armadas e o fator segurança nacional do equacionamento de uma política nacional para a Amazônia. A Estratégia da Presença, com a transferência de tropas e equipamentos do Sul/Sudeste para a região, não pode, e não deve, ser obstada pela presença das Terras Indígenas. Na verdade, é fundamental que as FFAA brasileiras sejam treinadas e preparadas para lidar com respeito, e em bases estritamente legais, com as nações indígenas brasileiras. Trata-se, em verdade, de seguir firmemente os princípios estabelecidos na Constituição democrática de 1988, onde se fixam claramente as funções institucionais das forças armadas e, simultaneamente, os direitos assegurados aos povos autóctones brasileiros. Portanto, a eliminação das forças armadas da região – e, mesmo, da

Polícia Federal – bem como a limitação de seus movimentos ou sua sujeição a outras instituições (nacionais ou estrangeiras, estatais ou privadas, principalmente aquelas operando na faixa de fronteira) é claramente um desiderato anti-constitucional e uma grave ameaça a qualquer estratégia de dissuasão e/ou presença brasileira na região norte.

Assim, a demanda de algumas ONGs, de retirada total da presença do Estado-Nação em Terras Indígenas ou em áreas de reservas florestais, devem ser repudiadas com vigor⁹.

Neste sentido, as forças armadas são um dos atores fundamentais na região, com uma tradição que passa pelos fortes da Amazônia construídos no século XVIII, pelo papel da Marinha em todo o século XIX – inclusive a garantia de adesão ao processo de Independência – pela ação do Correio Aéreo Nacional (CAN), pela atuação de Candido Rondon, pelo Projeto que leva seu nome e também por escolhas estratégicas, algumas bastante discutíveis, como a construção de rodovias e os grandes projetos empresariais dos anos '70. A mais recente intervenção deu-se através do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e do Sistema de Informação e Vigilância da Amazônia (SIVAM), peças fundamentais no enfrentamento das chamadas “novas ameaças”.

Neste contexto, a atuação das entidades ambientalistas, na ausência do Estado-Nação, é de imensa relevância para o desenvolvimento do bem-estar social na região. Nessa atuação, entendida, tal como formula o INPA, como desenvolvimento sustentável, centrado em (a) manutenção dos processos ecológicos fundamentais; (b) preservação da diver-

9. Em outras ocasiões interesses estranhos mesclam-se com uma práticas sinceras e importantes, originando sérios desvios de interesses. ONGs, como World Wide Fund For Nature, possui entre seus principais financiadores empresas e instituições que possuem interesses econômicos na região e, paradoxalmente, são grandes poluidores do meio-ambiente, tais como a Shell, a Anglo-American Corp., ou o Barclays Bank, Westminster Bank ou Rotschild & Sons. Mesmo em seus quadros, constam como membros de honra ou honorários grandes nomes da aristocracia européia, em especial britânica: todos defensores ferrenhos da cruelíssima caça à raposa. Outras instituições, britânicas, escandinavas ou americanas, firmam seu silêncio frente a práticas como a caça às baleias, inclusive no santuário proposto no Atlântico sul, ou a terrível matança de bebês-foca, ou ainda frente as práticas pesqueiras devastadoras dos japoneses. Outras instituições, como a SelvaViva, presente no Acre, dedicam-se a elaborar catálogos de fito-fármacos e de espécies animais, em associação com grandes multinacionais como a Bayer, CibaGeyger e Johnson & Johnson.

sidade genética; (c) utilização sustentada dos empreendimentos regionais, as preocupações ambientalistas são uma base inarredável para o desenvolvimento da região. E, a bem da verdade, de qualquer desenvolvimento que busque o bem-estar social, tanto na Amazônia, quanto na Patagônia, no Alasca ou na Floresta Negra. Deveria, ainda, ser exigida de todos os empreendimentos realizados em áreas naturais sensíveis, inclusive para o uso dos oceanos, do Ártico e da Antártida e, já agora, na ocupação do espaço exterior.

O autor é professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (ECEME)/MD. Professor Titular de História Moderna e Contemporânea do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/TEMPO, da Universidade do Brasil/UFRJ. Email: chico@do-main.com.br